



DIÁRIO DE NOTÍCIAS	30 julho	DIÁRIO POPULAR	
PORTUGAL HOJE		DIÁRIO DE LISBOA	
CORREIO DA MANHÃ		CAPITAL	
DIA		TARDE	
DIÁRIO			
PRIMEIRO DE JANEIRO			
JORNAL DE NOTÍCIAS			
COMÉRCIO DO PORTO			

## A primeiro-ministro ou a senhora primeiro-ministro

A indigitação de Maria de Lurdes Pintasilgo para chefiar o novo Executivo, a novidade de, pela primeira vez na nossa história, uma mulher, ser indicada para responder por um Governo veio colocar uma questão de pormenor, de linguística. De facto, como se trata de uma mulher, como a nossa língua possui mecanismos para a formação do feminino de palavras — porque não primeira-ministra? Dai apresentarmos, hoje, o resultado de um pequeno inquérito por nós empreendido e em que depõem o Centro de Linguística das Universidades de Lisboa — representado por Lindley Cintra, Maria Helena Mira Mateus e Malaca Casteleiro —, o catedrático da Faculdade de Letras Jacinto Prado Coelho e o gramático Joaquim dos Santos.

Por seu turno, o «DN» irá adoptar a sugestão apresentada pelo Centro de Linguística da UL: a primeiro-ministro ou a senhora primeiro-ministro.

### Um inquérito junto dos falantes

A opinião do Centro de Linguística das Universidades de Lisboa é a seguinte: «Como é do conhecimento geral a gramática do português possui mecanismos adequados à formação do feminino, o que, para o vocábulo em consideração, se limitaria à aplicação da regra geral, a partir da qual obteríamos a forma primeira-ministra.

Porém, não sendo a gramaticalidade sempre sinónimo de aceitabilidade, ocorre neste particular que o uso — obviamente por falta de oportunidades — ainda não consagrou o feminino para a designação deste cargo, como o fez no entanto para outros, tais como reitor/reitora; director/directora; secretário/secrétaria; etc., tendo no caso de formas invariáveis como presidente, (1.ª, 2.ª ou 3.ª) oficial, utilizando a solução intermédia de fazer preceder o substantivo da forma feminina do artigo a/as.

Considerando, por outro lado, que a designação primeiro-ministro constitui um grupo de duas palavras já de tal modo solidificado que cada um dos elementos parece ter perdido autonomia, desencadear o processo de formação do feminino em relação a ela, implicaria uma espécie de desintegração da forma, remotivação de cada um dos elementos, formação do feminino e reintegração no léxico da nova lexia — com a correspondente consagração pelo seu uso — o que é sempre demorado, bastante incerto e linguisticamente pouco económico. O que, em termos de praxis linguística equivale a dizer que, o êxito de uma tal opção, agora, nos parece um tanto duvidoso junto do falante comum.

Há ainda a considerar que a designação é aplicável ao

«presidente do Conselho de Ministros», ao responsável, em suma, por um órgão colectivo, e sabemos que a língua portuguesa consagra o masculino (singular ou plural) para a designação (ou qualificação) dum grupo misto, mesmo quando só um dos elementos é masculino. Assim, podemos encarar esta designação em relação ao grupo dos ministros e não isoladamente, pelo que, o masculino seria perfeitamente justificável.

A língua portuguesa possui a palavra ministra que os dicionários definem como «esposa de ministro», mas que pouco ou nada se usa enquanto tal. Em contrapartida, usa-se sim com um sentido irónico, vide depreciativo, para a designação do cargo.

Logo, e pelo que se vai se dizer, os parecem pouco adequados — não linguisticamente incorrecto, mas sociologicamente inadequado — o uso do feminino para o termo primeiro-ministro. Quanto a forma de tratamento que ele também implica, sugerimos a forma intermédia de a primeiro-ministro, a senhora primeiro-ministro, etc.

Dado o interesse sociolinguístico desta questão, e por outra parte, os meios de que um jornal pode dispor, seria aconselhável a realização, a tal propósito, dum inquérito junto dos falantes sobre a utilização, no feminino, da palavra em questão, procurando determinar o tom em que fosse utilizado, se anódino, se irónico, ou até depreciativo. Isso seria a contraprova adequada a este parecer e o prognóstico mais seguro quanto à solução deste problema.

### Uma questão de mentalidade política

Quanto ao prof. Jacinto Prado Coelho, a sua declaração foi do teor que passamos a transcrever:

«Não sou propriamente um linguista. Dedico-me mais a questões literárias, mas prefiro a expressão primeira-ministra a primeiro-ministro, da mesma maneira que prefiro poetisa a poeta (outrora o primeiro termo tinha um significado pejorativo, mas devemos reabilitá-lo). Prefiro directora-geral a director-geral, tanto mais que também dizemos «directora de uma escola» e «directora de uma faculdade».

Prefiro, portanto, primeira-ministra, embora seja um pouco mais difícil de aceitar ao ouvido. É uma questão de hábito.

Prefiro as formas femininas porque sou um feminista e porque a língua portuguesa as prevê. O problema é muito menos uma questão linguística do que de mentalidade política. O problema reside numa determinada maneira de encarar a mulher que exerce funções

directivas. É uma questão de mentalidade colectiva, de psicologia social.

Para mim, a linguagem é a principal prejudicada, pois tem possibilidades de adequar a forma gramatical ao sexo da pessoa que exerce a função. Pode-se dizer a senhora presidente, pois neste caso o substantivo é o mesmo, é a forma de tratamento que difere.

Portanto, prefiro primeira-ministra e estou convencido de que o povo vai dizer assim e nos vai habituar a isso. O povo é quem tem razão e quem tem um instinto linguístico mais seguro.

A dificuldade aqui advém da burocracia, que é o principal inimigo de toda a inovação.»

### Era embaixatriz será primeira-ministra

Finalmente, eis a opinião do gramático Joaquim dos Santos:

Diversos autores que consultámos a respeito da expressão em epígrafe são concordes em afirmar a sua plena legitimidade. Vejamos as suas opiniões:

O dr. I. Teixeira de Aguiar confiava em que mais cedo ou mais tarde a linguagem oficial começasse «a tratar as senhoras... como senhoras que são e não como homens».

Ao dr. Aleixo Gomes parecia que os serviços públicos estavam orientados para opor «resistência à feminização das palavras designativas de profissões e cargos públicos», com essa atitude se pondo «contra a Gramática, que neste caso está de acordo com a prática (e tendência natural) da Língua e as realidades sociais.» E dizia haver «alguns burocratas» para quem era «ignorância dizer-se (...) embaixatriz, ministra, engenheira».

Dizia mais: «Não vejo razões de carácter filológico que se oponham à feminização de profissões outrora apenas de homens ou quase exclusivamente destes. Na vida burocrática há oposição evocando-se o pretexto de que, na folha oficial e noutros documentos oficiais, tão-somente se fala no masculino gramatical. E ainda: «A meu ver, o facto denota resistência do homem em reconhecer à mulher capacidade para exercer profissões que dantes estavam vedadas às mulheres». «Os burocratas são resistentes à feminização, mas cabe às mulheres e ao povo dizer a última palavra».

Também o dr. R. Sá Nogueira e o prof. Botelho do Amaral — embora a propósito de «embaixatriz» — dizem que «a falta de hábito de ver uma senhora investida nesse cargo não é razão para que se sacrifique a Gramática». E que «aplicar às senhoras os termos masculinos não tem graça nenhuma».

Temos, portanto, que a sr.ª eng.ª Maria de Lurdes Pintasilgo era embaixatriz junto da UNESCO e vai ser primeira-ministra do Governo de gestão.